



O Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA) no Exército Brasileiro



▲
**Cel de Intendência
RICARDO Xavier
FURTADO**
*Bacharel em Ciências
Militares, AMAN
Resende – RJ – 1997.
Aperfeiçoamento de
Oficiais, EsAO Rio de
Janeiro – RJ.*

Resumo

O Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA) surgiu da necessidade do Exército Brasileiro (EB) adaptar-se às normas de vigilância sanitárias nacionais. Buscando atingir essa necessidade, as Forças Terrestre publicaram normas que têm como objetivo proteger, promover e levar qualidade de vida para pessoas que são destinatárias e consumidoras de alimentos nos diversos setores de aprovisionamentos situados nas centenas de Organizações Militares, espalhadas em todo território nacional. Desta forma, o presente trabalho visa analisar qual foi impacto do PASA, no âmbito do setor de alimentação do EB, após a implantação deste Programa. Para isso, realiza uma pesquisa de metodologia exploratória, quantitativa, bibliográfica e documental, principalmente, servindo-se de trabalhos acadêmicos que pesquisaram, amparados nos resultados de auditorias realizadas, problemáticas semelhantes no EB, no período de 2008 a 2017.



Introdução

A questão da alimentação no meio militar é tratada como assunto de segurança (BRASIL, 2015a), tendo em vista que é garantia do eficaz e eficiente emprego operacional da tropa.

Buscando manter essa premissa que o Ministério da Defesa (MD) criou, no contexto dessa política pública, a Comissão de Estudos de Alimentação para as Forças Armadas (CEAFA), em 2003, órgão que deu uma nova racionalização nos padrões e inédita sistemática no trato da alimentação humana nas Forças Armadas e, em particular, no Exército Brasileiro (EB). Em 2010, o Exército Brasileiro (EB) estabeleceu o Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA), que visa aperfeiçoar todas as atividades relacionadas à alimentação, por meio de padronização de procedimentos, melhoria de gestão e boas práticas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2021).

A iniciativa possui a finalidade, também, de identificar, mapear e solucionar questões críticas e deficientes relacionadas ao serviço de alimentação das Organizações Militares (OM) do EB, bem como garantir o consumo de alimento seguro nas diversas circunstâncias de emprego da tropa e a correta gestão dos recursos financeiros alocados às OM.

O Programa teve como objetivo adequar os Serviços de Aproveitamento à legislação sanitária nacional vigente e, primordialmente, à Portaria nº 854, de 4 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), revogada pela Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015 (BRASIL, 2015b), publicada pelo Ministério da Defesa, que aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas em Segurança Alimentar nas Organizações Militares, conforme publicado na Revista Verde Oliva, nº 228, no ano de 2015 (BRASIL, 2015c).

Para auditoria, o PASA utiliza uma ferramenta de avaliação constante de 100 itens que

analisam várias áreas: efetivo alimentado, fiscalização administrativa, edificação e instalações, matéria-prima e insumos, equipamentos e utensílios, preparo e consumo pessoal, abastecimento de água potável, documentação, registro, controle integrado de pragas, instalações sanitárias e manejo de resíduos (BRASIL, 2015c, anexo). O produto da auditoria é um relatório com recomendações e orientações corretivas.

Desta forma, o presente trabalho visa analisar qual foi o impacto deste programa no âmbito do setor alimentação, após a sua implantação. Para isso, realiza uma pesquisa de metodologia exploratória, quantitativa, bibliográfica e documental, principalmente, servindo-se de trabalhos acadêmicos que pesquisaram os resultados de auditorias realizadas, no período de 2008 a 2017, no EB.

Desenvolvimento

O PASA é uma ferramenta que está dentro do contexto da maneira pela qual a Força Terrestre trata a questão da alimentação, ou seja, como uma questão de segurança, tendo em vista que é garantia do eficaz e eficiente¹ emprego operacional da tropa. O programa é uma política pública de segurança alimentar, para o qual, em 2021, foi destinado o valor de R\$ 549.344.761,44 (quinhentos e quarenta e nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para aquisição de material, de alimentos e contratação de serviço (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2021). Levando em consideração a questão de segurança e também o volume de recurso despendido para essa atividade de alimentação, configura-se a justificativa em pesquisar esse programa, a fim de analisar qual foi impacto do PASA, no

¹ A Eficácia: [...] “refere-se ao atingimento dos objetivos propostos e eficiência: refere-se à capacidade de ação utilizando melhores meios para atingir tais objetivos” [...]. (FRAGA, BARROS, FIALHO, 2018, p. 7). Desta forma, ser eficaz é entregar o que foi pedido e ser eficiente é entregar o que foi pedido no prazo.

âmbito do setor de alimentação do EB, após a implantação deste Programa, questão de suma importância na seara administrativa e logística, que é constatar ou não a efetividade de políticas públicas. Com essa finalidade transcrevem-se, resumidamente, os resultados e conclusões de trabalhos científicos realizadas em diversas OM, nos anos de 2008 a 2017.

Em 2007, Coelho (2008) observou, já amparado na Portaria nº 854/SELOM, de 4 de julho de 2005 (BRASIL, 2005), que houve uma melhora de resultado obtido no intervalo entre duas inspeções realizadas nos serviços de alimentação situados em OM na guarnição de Salvador, passando do grupo de menção Bom, Regular e Ruim para grupo Bom e Regular, o que mostra a importância da existência e cumprimento de normas de segurança alimentar para a melhoria da qualidade e segurança da alimentação.

Em outra ocasião, numa pesquisa realizada em 2009, numa OM da guarnição de Belém, Vital et al (2011) observaram que se faz necessária a adoção permanente de medidas de controle de qualidade, sendo que as não conformidades encontradas tinham, na sua maior incidência, questões relacionadas à documentação, as quais poderiam, em alguns momentos, ter reflexo negativo nas conformidades encontradas, principalmente, no quesito qualidade e segurança dos alimentos.

Já para Lima (2016), que pesquisou 17 (dezesete) auditorias de segurança de alimentos nas guarnições de Salvador (Bahia), Boa Vista (Roraima) e em Porto Príncipe (Haiti), nos anos 2005 a 2014, constatou que mais de 80% dos ranchos ficaram fora da meta do PASA, principalmente, nos quesitos de higiene do pessoal e preparo/manipulação, sugerindo que novas estratégias devem ser adotadas para capacitar e profissionalizar o pessoal, mostrando a complexidade do tema.

Em outro trabalho, numa pesquisa referente aos resultados das auditorias realizadas

nos anos de 2013 a 2015, em Organizações Militares (OM) do Rio de Janeiro, Coelho (2016) constatou, sob a égide da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que das 27 (vinte sete) organizações militares auditadas, apenas 1(uma) obteve, em 2013, a certificação do PASA, ou seja, pontuou mais de 85% de conformidade; 20 (vinte) OM obtiveram conformidade 84% e 51%; e 6 (seis) com menos de 50%. Já em 2014 e 2015, houve uma melhora significativa nas quantidades de OM que obtiveram certificação, o que mostrou uma preocupação por parte dos militares em melhorar seus procedimentos quanto à segurança alimentar.

Numa pesquisa de 2017, realizada no setor de abastecimento da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), adotando os preceitos da Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015, concluiu Fernandes (2017) que, embora a OM não tenha atingido o grau para certificação do PASA de 85% de conformidade, mais uma vez foi constatado que os responsáveis estavam cumprindo a legislação e também estavam comprometidos na busca de melhoria nas condições de trabalho.

Resultados e discussão

Após feita a compilação dos resultados das pesquisas dos trabalhos (COELHO, 2008, 2016; VITAL *et al.*, 2011; LIMA, 2016; FERNANDES, 2017), chegou-se à seguinte tabela, em que é observada a quantidade de auditorias/OM, a distribuição do ano que ocorreu e o desempenho obtido em cada inspeção.

Observa-se que, mesmo antes da implantação do PASA no EB, em 2010, a Força Terrestre já vinha, por meios de alguns pesquisadores internos do órgão, sendo alvo de trabalhos cujo foco era avaliar a situação de segurança alimentar nos seus setores de abastecimento, sob a égide da Portaria nº 854/SELOM, de 4 de julho de 2005 (BRASIL, 2005).

Tabela 1 - Resultado de Auditorias Realizadas (PASA)

Ano	2008	2009/2010	2013/2014	2015	2017	Total Analítico	
Quantidades de auditorias/OM	6	3	54	35	1	99	
Categorias de desempenho	Ótima	-	-	6	8	-	14
	Boa	6	2	36	26	1	71
	Aceitável	-	1	9	1	-	11
	Crítica	-	-	3	-	-	3

Fonte: Coelho (2008, 2016), Vital et al. (2011), Lima, 2016 e Fernandes (2017).

A categoria de desempenho está relacionada à qualidade sanitária e nível de risco à saúde do público interno, conforme estabelecido pela Diretoria de Abastecimento (D Abst), onde a qualidade sanitária crítica, quando obtida por OM, requer medidas prioritárias por parte de todos os responsáveis.

Tabela 2 - Categorias de Desempenho do PASA

CONFORMIDADES (%)	QUALIDADE SANITÁRIA
≥ 85,0	ÓTIMA
63,0 a 84,9	BOA
41,0 a 62,9	ACEITÁVEL
≤ 40,9	CRÍTICA

Fonte: Exército Brasileiro (2020).

De posse desses dados, obtivemos os seguintes resultados sobre o desempenho das OM nos anos pesquisados, tendo a tabela 1 e 2 como parâmetros.

Tabela 3 - Distribuição percentual de desempenhos obtidos pelas as OM no PASA

PERCENTUAL OBTIDO	CONFORMIDADES (%)	QUALIDADE SANITÁRIA
14,14%	≥ 85,0	ÓTIMA
71,71%	63,0 a 84,9	BOA
11,11%	41,0 a 62,9	ACEITÁVEL
3,03%	≤ 40,9	CRÍTICA

Fonte: Dados primários (2020).

Conclui-se que, nas auditorias em análise, a porcentagem de conformadas ($\leq 40,9$) com qualidade crítica, nível que compromete a saúde do usuário, mantém-se baixa, com pouco mais de 3% do universo apresentado, limitada à ocorrência em um período 2013/2014, o que mostra que o serviço de abastecimento, a administração interna e os militares em ação de comando estão capacitados e preocupados com as questões de segurança alimentar em suas respectivas OM.

Considerações finais

Por fim, observando o histórico do período em análise dos trabalhos aqui analisados, constata-se que, nos anos que antecedem a instituição do PASA, ou seja, antes de 2010, as OM auditadas não apresentaram desvios críticos de conformidade, ou seja, qualidade sanitária crítica.

Desta forma, consolida a conclusão, após toda a análise acima descrita, que o impacto do PASA, no âmbito do setor de alimentação do EB, após a implantação deste Programa, cumpriu e

vem cumprindo sua finalidade como política pública, que é manter, em síntese, a segurança alimentar nos seus serviços de abastecimento.

Destaca-se que o caráter precursor desta pesquisa reside em avaliar a efetividade do PASA, tendo como eixo principal os resultados obtidos nas inspeções no período de uma década, além da realização comparativa de conformidades auferidas antes e depois da implantação do Programa. Ressalta-se que este estudo se limita a analisar apenas as 99 (noventa e nove) inspeções ocorridas de 2008 a 2017, portanto recomenda-se que outras pesquisas sejam realizadas, abrangendo um número maior de auditorias e com período superior a 10 anos e, mais importante, que o objetivo inclua analisar, também, a influência da segurança alimentar na satisfação do público interno (os alimentados) em relação ao Programa, por meio da Pesquisa de Opinião sobre o atendimento do Serviço de Abastecimento, bem como analisar, também, a inclusão/cômputo do resultado da pesquisa citada na lista de 100 itens auditados.

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia. Portaria nº 854, de 4 de julho de 2005. Aprova o regulamento técnico de boas práticas em segurança alimentar nas organizações militares. **Boletim do Exército**, Brasília, DF, nº 28 /2005, 15 jul. 2005. p. 11-33.

BRASIL. Ministério Da Defesa. **Seminário debate segurança dos alimentos e integração entre o poder público e a iniciativa privada**. Rio de Janeiro, out 2015a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/17268-seminario-debate-eguranca-dos-alimentos-e-integracao-entre-o-poder-publico-e-a-iniciativa-privada>>. Acesso em: 12 nov 19.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015. Aprova o Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas – MD42-R-01. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n. 61, 31 mar. 2015b. Seção 1.

BRASIL. Exército Brasileiro. Diretoria de Abastecimento: O programa de Auditoria e Segurança Alimentar. **Revista Verde Oliva**, Brasília, Ano XLII, nº 228, jul. 2015c. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/001238206d4e23716af03>>. Acesso em: 20 nov 2019.

COELHO, R., R. Avaliação das Condições Higiénico-Sanitárias em Cozinhas de Quartéis do Exército Brasileiro na Guarnição de Salvador-Bahia. **Revista Científica da EsAEx**. Salvador, v. 4, n. 1, p. 11, set 2008.

COELHO, R. R. **As Auditorias de Segurança de Alimentos em Quartéis do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro**. 2016. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Curso apresentado à Escola de Formação Complementar do Exército / Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – EsFCEx, Salvador, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Diretoria de Abastecimento. **Livro do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log) - 2020**. Disponível em: < http://www.6icfex.eb.mil.br/images/orientacoes/pdr_log/Livro_PDR_Log_2020.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. Diretoria de Abastecimento. **Livro do Plano de Descentralização de Recursos Logísticos (PDR Log) - 2021**. Disponível em: < <http://intranet.dabst.eb.mil.br/index.php/component/phocadownload/category/122-livro-pdr-log-2020>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FRAGA, B.S.; BARROS, M.J.F.; FIALHO, S.H. Grau de efetividade na gestão de projetos em extensão universitária e a estratégia para seu alcance. In: 29º EnANGRAD, **Anais**, 2018.

FERNANDES da COSTA, L., T. **Segurança Alimentar no Rancho da AMAN e Possíveis Melhorias em Busca da Qualidade Total na Gerência de Alimentos**. 2017. 39 p. Trabalho de Conclusão (Graduação) - Curso de Bacharel em Ciências Militares – AMAN, Resende 2017.

LIMA, J. R. P. A. Auditoria de segurança de alimentos em três guarnições do Exército Brasileiro, 2005 a 2014. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 42., e CONGRESSO SUL-BRASILEIRO DA ANCLIVEPA, 1., 2015, Curitiba, **Anais ...** Curitiba: UFPR, 2016, p. 1440-1443.

VIDAL, G. M et al. Avaliação das Boas Práticas em Segurança Alimentar de uma Unidade de Alimentação e Nutrição de Organização Militar da Cidade de Belém, Pará. **Alimentação e Nutrição, Araraquara**, Belém, v. 22, n. 2, p. 283-290, abr./jun. 2011.